

**ILUSTRÍSSÍMO(A) SENHOR(A) PROGUEIRO(A) E DEMAIS AUTORIDADES
COMPETENTE DA COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES DO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Ref. Ao Pregão Eletrônico nº 90001/2024

Processo nº 19958.200012/2023-56)

PERSONNALITE SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 04.477.223/0001-03, com sede no a Condomínio Alto da Boa Vista Quadra 103 Lote Comercial 10 sala 01, Sobradinho – DF, CEP: 73.130 – 90, Telefone: (61) 3591-0313, E-mail: gpersonnalite@gmail.com, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei n. 10.520 de 2002, apresentar, tempestivamente:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do recurso manifesto por **ECOVOLT ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 26.762.139/0001-66, pelos fatos e mérito que se seguem.

I – DA BREVE SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2024, realizado pelo Ministério Público do Trabalho e Emprego - MTE, visando a realização de licitação por proposta mais vantajosa, tendo como objeto a prestação do serviço de Operador de Mídia Audiovisual, a ser executado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Após a fase de lances e habilitação, a empresa recorrida foi declarada vencedora, por ter oferecido a proposta mais vantajosa.

Contudo, vindo a alegar a recorrente, sem qualquer fundamentação próspera, que a recorrida omitiu ou deixou de constar informações relativas à documentação dos Submódulos 2.3, letra “c” e letra “e”; módulo 6, e sobre o balanço patrimonial. Com estes

fundamentos, levantou-se a remota possibilidade de que os documentos apresentados não atenderiam às exigências do instrumento convocatório.

Entretanto, não há mérito no que aduz a recorrente, conforme se comprova em mérito destas contrarrazões.

É a síntese do necessário.

II – DAS PRELIMINARES DE MÉRITO

II.I - Da Tempestividade

Nos termos do artigo 165, § 4º, da Lei nº 14.133/21, a parte recorrida tem o mesmo prazo que o recorrente para interpor as contrarrazões ao recurso administrativo, prazo de 03 dias. Termos que são reiterados no item 11.7 do Edital:

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Deste modo e nestes termos, temos como prazo limite pra protocolo das contrarrazões, a data de 20 de março de 2024, sendo tempestiva a presente manifestação de contrarrazões ao recurso administrativo.

III - DO MÉRITO

III.I – Dos Submódulos 2.3, letra “c” e letra “e”

Aponta a recorrente, de maneira equivocada e em medida rasa, sobre suposta omissão e ausência de constatação de valores relativos à concessão do benefício do plano de saúde e do benefício do auxílio odontológico, entendendo que estaria sendo violado o certame bem como a Convenção Coletiva de Trabalho.

Contudo, é de suma importância trazer à baila o valioso e necessário entendimento da Câmara Permanente de Licitações e Contratos (CPLC), órgão que integra o Departamento de Consultorias da Procuradoria-Geral Federal (DEPCONSU/PGF), que possui tese jurídica amplamente aperfeiçoada sobre o assunto.

Por meio do Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU; Parecer nº 12/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU; e Parecer nº 412017/CPLCIPGF/AGU, é

possível encontrar respaldo e legalidade na planilha de custos apresentada outrora pela recorrida.

Verifica-se que, no caso em tela, houveram diversos questionamentos acerca da concessão destes benefícios a trabalhadores terceirizados da Administração Pública. Previamente, a recorrida já avança e destaca a possibilidade de não vinculação ao sindicato indicado e apontado pela recorrida em seu recurso, nos termos do item 7.6.2 do Edital.

Retornando ao mérito, portanto, recorda-se que após constatar-se situação de convenções coletivas de trabalho que oneravam a Administração Pública - de maneira resumida, alcançou-se o entendimento de que **não devem ser previstos custos com estes benefícios nas planilhas que regeriam as respectivas licitações.**

Desta forma, embasada e agindo pelas orientações já destacadas, agiu a recorrida no presente processo licitatório. Termo em que, não há que se falar em omissão por essa licitante.

Assim sendo, muito embora, em regra, sendo de concessão obrigatória os benefícios previstos em acordos e convenções coletivas de trabalho, é totalmente embasada a recusa quanto à prestação dos conhecidos benefícios por parte das empresas vinculadas à contratação de terceirizados na Administração Pública, não devendo, desta forma, serem previstos em fase de ofertas, lances e elaboração de planilha de custos e formação de preços, dada a sua onerosidade.

Observa-se que os custos mínimos, considerados obrigatórios, devem ser considerados em licitações relativas à contratação de serviços terceirizados, como fora feito pela recorrida. Entretanto, não sendo o caso dos benefícios ao discutidos, **não se mostra cabível que seja possível contemplá-los na composição de custos mínimos obrigatórios em composição da planilha de estimativa e proposta de preços, conforme entendimento.**

Ademais, sustentado ainda pelo o art. 6º da IN nº 05 de 25 de maio de 2027, *A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que estabeleçam preços para insumos relacionados*

ao exercício da atividade, reitera-se que não há qualquer violação ao processo licitatório, estando a recorrida amparada e sustentada em todos os atos realizados neste certame.

Logo, ao contrário do que a recorrente afirma, todos os princípios norteadores dos atos administrativos e licitações foram seguindo veementemente no curso do certame.

Ainda neste sentido, os argumentos da recorrente são um tanto quanto superficiais. Em fase de recurso fora apenas levantado hipóteses de descumprimento aos itens do edital, sem sequer discorrer ou apontar veemente quais seriam os atos desta recorrida que confrontam o certame. Isto apenas demonstra que não são fundadas as alegações apresentadas, mas que apenas visam tornar o processo moroso e retardá-lo.

Em suma, não houve qualquer omissão pela recorrida, conforme demonstrado, havendo de serem reconhecidos e respeitados os princípios dos processos licitatórios, a fim de se obter o resultado finalístico qual seja a seleção da proposta mais vantajosa para a administração; que foi a da recorrida.

III.II - Da Alíquota de 1,50% do CPRB

Novamente, de maneira superficial e equivocada, ainda alega a recorrente erro e omissão pelo modelo de tributação apresentado pela recorrida. Entretanto, não merecem prosperar quaisquer alegações, pois sequer encontram respaldo jurídico.

Tal arguição de retenção em alíquota de 1,5%, tem amparo legal no que confere a Lei nº 12.546 e a Instrução Normativa RFB nº 2053, de 06 de dezembro de 2021, ambas atualmente vigentes, ao qual atestam que a aplicação às contribuições previdenciárias das empresas referidas nos requisitos apresentados por tais dispositivos legais, deve ser feita sobre a Receita Bruta e em alíquota de 1,5%.

Sendo os requisitos, o que é disposto em artigo 8º da Lei 12.546/2011:

Art. 8º Até 31 de dezembro de 2023, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:


(...)

VI - as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, enquadradas nas classes 1811-3, 5811-5, 5812-3, 5813-1, 5822-1, 5823-9, **6010-1**, 6021-7 e 6319-4 da CNAE 2.0;

(grifo nosso)

Sendo a empresa recorrida, inscrita em registro de CNPJ com classe 6010-1, conforme registro abaixo, e desempenhando atividades de Rádio, sendo inclusive o objeto do contrato:

“Prestação de serviços de comunicação social, compreendo as atividades de supervisor de operações audiovisuais, de arquivista de mídias e de operador de áudio; de forma a prover a Assessoria de Comunicação Social do Superior Tribunal Militar (ASCOM) de mão de obra qualificada necessária à divulgação dos atos e acontecimentos relativos à Justiça Militar da União (JMU), mediante a execução de trabalhos de forma contínua, conforme especificações contidas no Projeto Básico SETER 1564616, e proposta apresentada pela Contratada em 25 de setembro de 2019.”

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/06/2001
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.477.223/0001-03 MATRIZ		
NOME EMPRESARIAL PERSONNALITE SOLUCOES ADMINISTRATIVAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTO EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.30-0-01 - Reprodução de som em qualquer suporte 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		

Sendo previsto ainda, em Instrução Normativa RFB nº 2053/2021, a alíquota correta para descontos de empresas que incidem nos requisitos legais, conforme artigo 1º e anexo I.

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas **empresas referidas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546**, de 14 de dezembro de 2011, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

8. Jornalismo			
Empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, enquadradas nas classes 1811-3, 5811-5, 5812-3, 5813-1, 5822-1, 5823-9, 6010-1 , 6021-7 e 6319-4 da CNAE 2.0.	1º/01/2014	Até 30/11/2015	1,0%
		A partir de 1º/12/2015	1,5%

Conforme se vê, é devido a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social das empresas enquadradas no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021, em alíquota de 1,5%, pois é a empresa recorrida, optante por tal sistemática e inscrita em registro de CNPJ com classe 6010-1.

Havendo necessidade de aplicação da alíquota correta e cabe informar que a PERSONNALITE SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA – EPP já apresentou toda a documentação pertinente na fase de habilitação da licitação, inclusive aqueles que são previstos na Lei n. 12.546/2011 e na Instrução Normativa nº 2053.

As alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB estão vinculadas a atividade da empresa, e conforme anexo I da Instrução Normativa nº 2053 já mencionado, a alíquota correta é a de 1,5% para a empresa que tem como registro de CNPJ a classe 6010-1 (após ano de 2015, pois anteriormente, inclusive, a alíquota era de apenas 1%).

Ressalta-se que todos os trâmites da licitação foram cumpridos rigorosamente, não podendo ser retidos valores que ultrapassem aqueles que são dispostos legalmente, de forma que não prosperam quaisquer alegações da recorrente, que se restringiu, por derradeira vez, em apenas incitar a recorrente, mas não tomou ou apresentou qualquer argumento embasado.

III.III - Da DRE e Do Balanço Patrimonial

Por fim, a última alegação da recorrente é acerca da Declaração de Contratos Firmados. Assim, apresentando elementos probatórios de outro certame, que sequer dizem respeito ao presente instrumento licitatório, aduz-se que a documentação apresentada está em desconformidade com a DRE e o Balanço Patrimonial. Desta forma,

conforme virá a ser explanado, não merecem vislumbre o apresentado pela parte recorrente.

Quanto ao tema, a recorrida encontra refúgio nos dispositivos de Qualificação Econômico-Financeira presentes do Edital, precisamente nos itens a seguir explanados:

Qualificação Econômico-Financeira

(...)

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos: 8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e 8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

Ainda neste sentido:

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

(...)

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Nesta toada, objetivando cumprir os termos do Edital, é necessário que esta licitante venha a apresentar suas justificativas quanto às possíveis divergências.

Conforme recurso juntado pela recorrente, tornando como primícia que o equívoco seria a indicação de novos valores de contrato administrativo firmado com o MAPA, esclarece essa recorrida que seus percentuais para contratos firmados e receita bruta ultrapassam os 10% (dez por cento).

Entretanto, o faturamento total com a Administração Pública não foi atingido até o presente momento, tendo em vista que a recorrida possui contratos vigentes que serão finalizados em exercícios posteriores (entre 2024 e 2025). Tendo a empresa declarada boa condição financeira, há disponibilidade de caixa e créditos para que possa honrar com seus compromissos contratuais, inclusive capacidade para execução do presente objeto,

ou de outros contratos administrativos por até 90 (noventa) dias, mesmo que não venha a receber pagamento algum.

Ressalta-se que impedir a juntada de declaração que vise o bom andamento do processo licitatório ofende o princípio do formalismo moderado. Portanto, diante da irrelevância do puro e simples formalismo burocrático do procedimento, impede-se qualquer inabilitação desta licitante. Não é pretendida qualquer alteração na proposta já dada como mais vantajosa pela Administração, mas tão somente apresentar declaração com justificativas formais para sanar eventuais dúvidas.

Assim, em atenção ao princípio do formalismo moderado que deve nortear todos os processos administrativos licitatórios, não deverá predominar rigor exagerado na apreciação de documentos.

Qualquer entendimento diverso deste, inclusive, acarretaria a rigor exagerado, levando à inabilitação por minúcia irrelevante. Desta forma, estaria sendo contrariado ainda o princípio da competitividade, e manchando o presente certame.

Assim, ante todo o exposto, e com base nos dispositivos presentes em edital, ressalta-se que o índice de patrimônio líquido desta recorrida, em relação ao valor da contratação é proporcional com a sua capacidade em honra seus compromissos.

Por fim, de forma ampla, sem comprometer aquilo que virá a ser assumido com nova contratação, esta licitante faz *jus* à importância de suas obrigações assumidas. Desta forma, não encontra respaldo a alegação e os elementos apontados, e novamente não discutidos, pela recorrente.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer o que se segue:

- a) O recebimento das Contrarrazões, ante sua tempestividade.
- b) Que seja julgado improcedente o recurso interposto pela recorrente, pelos fundamentos contidos nestas contrarrazões.
- c) Que seja mantida a habilitação da empresa **PERSONNALITE SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS EIRELI** prosseguindo no certame com a adjudicação e homologação da mesma, com consequente assinatura do termo contratual.

Termos em que,
Pede-se deferimento.

Brasília – DF, 20 de março de 2024.

PERSONNALITE SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS EIRELI